



*Management***Solutions**

Making things happen

BIS II

Argentina • Brasil • Chile • México

CONVENÇÃO
IMPACTOS DE BASILÉIA II
NA REGIÃO

Design e Diagramação

Dpto. de Marketing e Comunicação
Management Solutions - España

© **Management Solutions. 2008**
Todos os direitos reservados

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação, total ou parcial, gratuita ou onerosa, por qualquer meio ou procedimento, sem a autorização prévia e por escrito da Management Solutions.

As informações contidas nesta publicação são exclusivamente a título informativo. A Management Solutions não é responsável pelo uso que terceiros possam fazer destas informações. Ninguém pode usar este material sem autorização expressa por parte da Management Solutions.



Sumário	2
Introdução	4
A Convenção	8
Santiago do Chile	
Buenos Aires	
Cidade do México	
São Paulo	
Considerações finais	26
Anexo	28
Glossário	32

Sumário

A entrada em vigor do Novo Acordo de Capital de Basileia II (BIS II) pretende promover um sistema financeiro estável mediante a adequada capitalização das instituições e igualar o terreno de jogo competitivo.

O BIS II dedica grande importância à gestão integral do risco. Longe de ser unicamente uma nova fórmula para calcular o capital regulatório (tornando-o mais sensível à realidade dos riscos gerenciados), o Novo Acordo outorga maiores responsabilidades às próprias instituições, incentivando-as a utilizar as técnicas mais avançadas em todos os processos de gestão e controle da globalidade de seus riscos incorridos.

Avançar na gestão de riscos em uma instituição é uma necessidade. O BIS II indica claramente as metas estratégicas que devem ser alcançadas, mas o caminho para alcançá-las exige, em cada organização, um esforço elevado por parte de todas as áreas envolvidas.

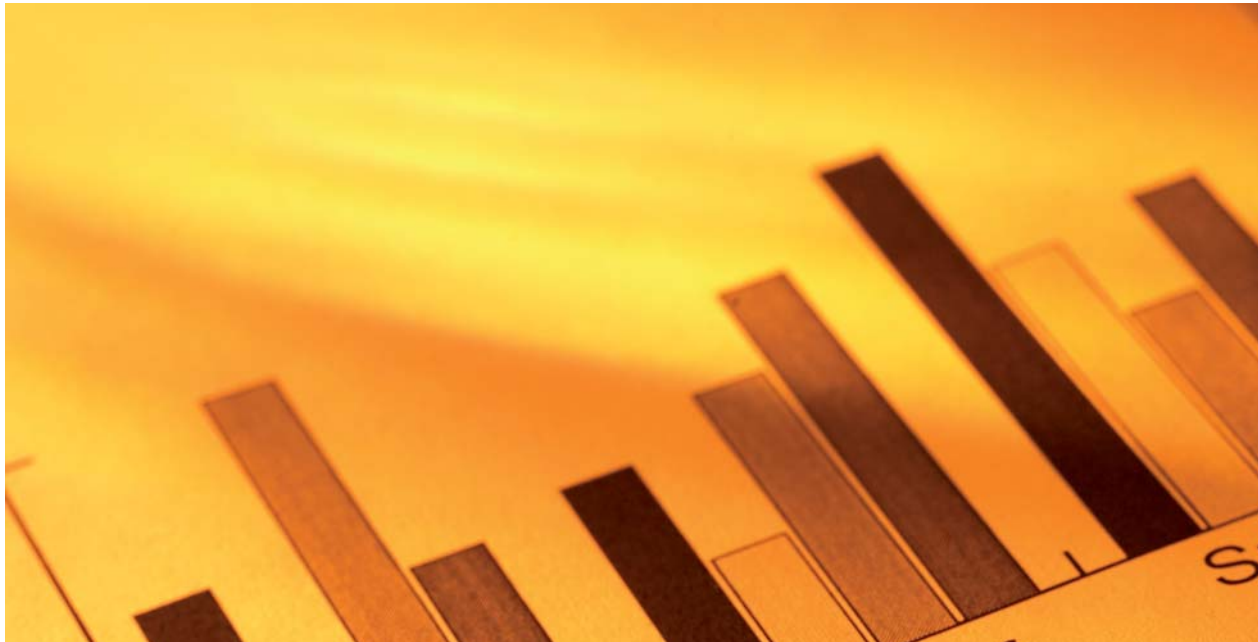
Neste contexto, a Management Solutions, firma internacional de Serviços de Consultoria, considerou oportuno realizar uma Convenção de especialistas no assunto com o objetivo de compartilhar sua visão dos impactos de Basileia II.

Organizada a partir de uma perspectiva regional, esta Convenção foi realizada no mês de abril passado em quatro localidades: Cidade do México, São Paulo, Santiago do Chile e Buenos Aires. Em todas elas, contou-se com a opinião de reguladores e supervisores, das principais instituições financeiras (nacionais e internacionais), assim como de especialistas independentes, constituindo-se como um marco único para compartilhar experiências sobre os Impactos de Basileia II na gestão de riscos das Instituições Financeiras.

Este documento pretende resumir as principais questões abordadas ao longo da mencionada Convenção, onde foram tratados aspectos como as vantagens aportadas por esta nova norma para os modelos de gestão, foram compartilhadas experiências atuais de processos de implementação e foi analisado como será modificada a função da autoridade supervisora.



Introdução



Antecedentes

Origens

A percepção do risco existe desde a origem dos tempos. O homem tenta livrar-se do risco por transferência ou compartilhamento.

Já no século XX a.C., o Código de Hamurabi, na Babilônia, estabelecia o compartilhamento de perdas por acidente de trabalho (naval) e perdas comerciais. Posteriormente, a lei de Rodas na Grécia ou o contrato *Mutuum* (crédito mútuo) em Roma avançam neste conceito. No século I, é estabelecido o empréstimo à grossa, pelo qual um armador recebe o dinheiro antes do traslado e, ao chegar ao porto, o reembolsa com juros; se não chegar, porém, fica com o dinheiro.

Esses antecedentes têm uma característica comum: capital em risco em dinheiro e equivalente à perda máxima.

Probabilidade

Um elemento essencial para avançar na teoria do risco é constituído pela probabilidade. Na Babilônia, parece estar a origem da roda (século XXXV a.C.) e, com ela, o surgimento da roleta. Os dados aparecem no Egito (século XXVII a.C.), posteriormente no século XV aparecem os naipes. Todos esses elementos são essenciais para entender o conceito de probabilidade.

É necessário esperar até o século XVI para que Pierre de Fermat e Blaise Pascal fundamentem a teoria das probabilidades em uma troca de cartas para avaliar o preço do risco que um amigo comum estava assumindo.

No século XVII, as casas de jogo colocam em prática um avanço fundamental na teoria do risco ao introduzir uma dissociação entre o Capital Efetivo e o Capital em Jogo (efetivo + probabilidade): todos apostam contra a casa e a casa não precisa ter a soma de capitais dos apostadores.

Seguro

Pierre de Fermat e Blaise Pascal não chegaram a formalizar o conceito de capital econômico, a origem está na atividade de seguros e, mais concretamente, no Lloyds. Por volta do século XVII, esta instituição era uma famosa taberna que oferecia a bebida da moda (o café), e onde, para saciar o furor pelo jogo, eram feitas apostas sobre o êxito da chegada dos navios de café. Os armadores aproveitaram este fato para, jogando contra si mesmos, garantir de certa forma seu carregamento.

Poucos anos mais tarde, após o incêndio de Londres, Jacobo Bernoulli estabelece a lei dos grandes números: a frequência tende assintoticamente à probabilidade quando os casos se aproximam ao infinito (por exemplo, cara/coroa).

No século XVIII, Abraham de Moivre determina em 1734 o teorema central do limite⁽¹⁾ e Daniel Bernoulli (sobrinho de Jacobo), elabora em 1738 a teoria clássica do risco, introduzindo o conceito de nível de confiança nas distribuições normais e propondo os processos de convolução.

Posteriormente e já no século XIX, Filip Lundberg simplifica a convolução e introduz os conceitos de frequência e intensidade (severidade) em uma *Poisson* Composta.

Bruno de Finetti, já no século XX, fecha o círculo relacionando o capital com o preço mais um coeficiente de segurança (compartilhamento do risco).

ALM

Os ourives de Londres no século XVII introduziram o conceito do encaixe fracionário (risco de liquidez) ao emprestar parte do ouro que guardavam, arbitrando com o prazo.

Este conceito foi adotado posteriormente por alguns bancos (*Riskbank* da Suécia e o Banco da Inglaterra).

Em paralelo, Isaac Newton e Gottfried Leibnitz estabelecem o cálculo diferencial (a utilização de derivadas).

Já no século XX, Frederick Mackaulay e Frank Redington introduzem os conceitos de duração e convexidade, e com eles o de imunização:

Imunização: Igual Duração, Convexidade de Ativo > Convexidade de Passivo

Mercado e Crédito

A estatística moderna tem origem no século XIX, com a introdução dos conceitos de correlação e regressão entre variáveis, realizada por Francis Galton.

Posteriormente, Harry Markowitz e William Sharpe estabelecem a teoria de carteiras (ativos imunizados por outros ativos).

Já no século XX, Fisher Black, Myron Scholes e Robert Merton estabelecem a fórmula de precificação das opções (duas equações com três incógnitas) e introduzem o conceito de réplica de carteiras (fazer portfólios de ativos arriscados que fiquem livres de risco por algum tempo).

Regulamentação

Considerando o histórico mencionado, parece lógico imaginar que existisse a necessidade de estabelecer padrões mínimos que garantissem níveis de capital adequados no sistema financeiro.

Em 1913, o Federal Reserve estabelece requisitos mínimos de capital.

Em 1930, foi criado o Banco Internacional de Pagamentos, em Basileia.

Neste contexto, foram gerados os acordos de capital conhecidos como BIS I e BIS II.

¹Somando o resultado de muitos binomiais com probabilidade P, se obtém uma Normal com esperança NxP e variável $NxPxQ$ (tal que $Q=1-P$).

Basiléia II (BIS II)

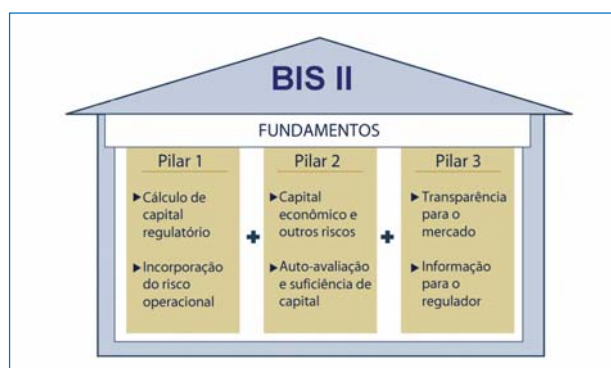
O novo acordo de capital, denominado Basiléia II ou BIS II, procura potencializar a estabilidade dos sistemas financeiros com a capitalização adequada das instituições e igualar o terreno de jogo competitivo.

O BIS II pretende substituir o acordo de capital anterior (BIS I) que data de 1988, e que estabelecia, em termos gerais, a necessidade de manter um capital mínimo equivalente a 8% dos riscos assumidos. Este capital, denominado "regulatório", busca garantir a solvência das instituições frente a possíveis perdas geradas por suas posições de risco de crédito, de câmbio e de mercado não cobertas mediante provisões.

O BIS I contribuiu, sem dúvida, para fortalecer os padrões internacionais de determinação de necessidades de capital. Sem dúvida, o BIS II implica em um importante salto qualitativo frente à norma anterior, dado que:

- ▶ Permite uma cobertura completa dos riscos atuais do negócio financeiro
- ▶ Incorpora novas modalidades de riscos não contempladas pelo BIS I
- ▶ Estabelece uma metodologia de cálculo de capital mais sensível aos mencionados riscos
- ▶ Aproxima os requisitos de capital regulatório ao capital econômico

Tudo isso preservando também o princípio de neutralidade de capital, isto é, a manutenção dos níveis atuais de capitalização do sistema financeiro.



O que é BIS?

Através de seus três pilares, o BIS II se converte em uma ferramenta de inestimável valor para melhorar nossos modelos de gestão atuais:

PILAR 1

O primeiro pilar faz referência à metodologia de cálculo do capital regulatório necessário para cobrir adequadamente o risco de crédito, o risco de mercado e o risco operacional. Sua aplicação incentiva a utilização das técnicas mais avançadas de medição de riscos. Para medir o risco de crédito, a nova norma permite optar por dois métodos de cálculo:

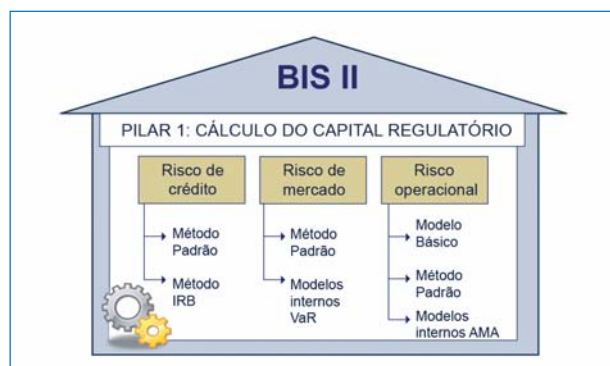
- ▶ O método "padrão" (ou *standard*)
- ▶ Método IRB (*Internal Ratings Based*) se forem utilizados modelos internos de rating/scoring para a obtenção dos parâmetros de Risco (PD, LGD e EAD)

No caso do Risco de Mercado, o Pilar 1 não incorpora novidades em relação à modificação de Basiléia I em 1996, mantendo-se portanto:

- ▶ Utilização do método "padrão" (ou *standard*)
- ▶ Utilização de "modelos internos" baseados no cálculo do Valor em Risco (VaR) sujeito à aprovação do supervisor

Por último, o Pilar 1 incorpora a novidade do cálculo do consumo de recursos próprios por Risco operacional. A medição deste risco também pode ser realizada através de:

- ▶ modelos "básicos ou padrão" como uma porcentagem sobre os resultados anuais
- ▶ através de modelos internos - AMA - cuja construção baseia-se na modelização das perdas operacionais



PILAR 2

O segundo pilar de BIS II é dedicado ao novo papel outorgado aos organismos reguladores do mercado. Potencializa as faculdades supervisoras, já que incrementa a capacidade de auto-avaliação dos níveis de capital por parte das instituições que disponham de um modelo de "capital econômico" que integre adequadamente a totalidade dos seus riscos.

Portanto, o Pilar 2 fomenta um modelo de relação mais eficaz entre todos os participantes, graças à utilização de mecanismos de avaliação mais afinados às necessidades de recursos próprios de cada instituição financeira em função de seu próprio perfil de risco.



PILAR 3

O terceiro e último pilar está encarregado de melhorar a transparência de informação perante terceiros.

Voltado para o mercado, o Pilar 3 exige que as instituições forneçam uma informação clara sobre seu perfil de risco, assim como sobre as atividades e os controles utilizados para mitigar os riscos assumidos.

Por sua vez, se adequa à solicitação de informação regulatória às novas possibilidades de auto-avaliação concedidas, para poder garantir a adequada supervisão do sistema.

Sem dúvida, este aumento de transparência permitirá às instituições avaliar as boas práticas desenvolvidas na estrutura da gestão integral do risco e potencializar a estabilidade de sua relação com os mercados.



Impacto de BIS II para as Instituições Financeiras

BIS II não é uma mera atualização da metodologia de cálculo do capital regulatório, trata-se de um verdadeiro meio para conseguir dispor de um "modelo integral de gestão de riscos".

Portanto, as instituições que tiverem implantado BIS II em seus processos e sistemas estarão em uma posição de vantagem competitiva perante o mercado, dado que:

- ▶ Estarão preparadas para uma tomada de decisão de aceite ou recusa de operações mais ágil, confiável e objetiva
- ▶ Poderão calcular a rentabilidade de suas operações e carteiras de acordo com o risco incorrido (modelos RAROC), assim como determinar o preço de referências das operações (*pricing*)
- ▶ Serão capazes de alocar de forma mais eficiente seus recursos próprios
- ▶ E inclusive gerar, se for o caso - e sempre dependendo de aprovação do supervisor - economias de capital regulatório e melhorias na conta de resultados

Porém, sobretudo, BIS II permite que as organizações tenham plena consciência sobre o nível e a natureza de alguns riscos que atualmente não estão sendo mensurados da forma mais adequada.

Porém, implantar BIS II em uma organização não é tarefa fácil e requer uma verdadeira mudança de cultura. De fato, nos países onde o cumprimento de BIS II é obrigatório, os reguladores estão exigindo das instituições uma verdadeira integração do modelo dentro de sua estrutura geral de gestão e controle do risco.

Portanto, alcançar esta implantação efetiva implica realizar um projeto ambicioso, de grande alcance, com um importante envolvimento da Alta Direção e das diversas Áreas e Departamentos afetados.

Em termos gerais, esse projeto exige:

- ▶ Uma adequação das estruturas organizacionais internas
- ▶ Um redesenho da totalidade dos processos de gestão do risco
- ▶ A realização de um esforço elevado para desenvolvimento e implantação de modelos matemáticos
- ▶ Efetuar um investimento razoável em sistemas de informação e ferramentas de gestão do risco

Objetivos da Convenção Regional Impactos de BIS II

Neste contexto, a Management Solutions considerou oportuno reunir um seleto grupo selecionado de especialistas com o objetivo de poder compartilhar sua visão dos impactos de Basiléia II a partir da perspectiva de reguladores, instituições globais, bancos locais e especialistas independentes.

A Convenção

Durante o último mês de abril, a Management Solutions, com a colaboração do Clube de Gestão de Riscos da Espanha, organizou a Convenção de Impactos de Basiléia II na Região Latino-Americana.

O evento, denominado "Convenção regional sobre os impactos de Basiléia II na gestão das Instituições Financeiras", foi desenvolvido nas quatro principais sedes financeiras da América Latina:

- ▶ Santiago do Chile (15/04/2008)
- ▶ Buenos Aires (15/04/2008)
- ▶ Cidade do México (22/04/2008)
- ▶ São Paulo (29/04/2008)

Na Convenção, participaram reguladores, instituições globais, bancos locais e especialistas independentes, compartilhando sua visão e experiência no assunto.

A Convenção destacou-se pelo elevado nível de palestrantes e público, e teve uma recepção excelente na Região.

Neste tópico, é detalhado o que ocorreu durante as quatro jornadas que constituíram a Convenção.





A Convenção

Santiago do Chile



Introdução

A Convenção em Santiago do Chile foi realizada na terça-feira, 15 de abril. Esta Jornada, desenvolvida com a colaboração da Associação de Bancos e Instituições Financeiras do Chile, contou com a participação dos seguintes palestrantes:

Sr. Alejandro Alarcón, Gerente-Geral da Associação de Bancos e Instituições Financeiras do Chile

Sr. Gustavo Arriagada, Superintendente da Superintendência de Bancos e Instituições Financeiras do Chile

Sr. Adolfo Pajares, Diretor de Controle Interno e Normas de Capital e Responsável Corporativo do Projeto Basileia II do Grupo Santander

Sr. Manuel Méndez, Presidente da Fundação BBVA para Microfinanças

Sr. Guillermo Sabater, Controller Financeiro do Banco Santander Chile

Sr. Eduardo de las Heras, Gerente Corporativo de Risco do BancoEstado

Sr. Mario Chamorro, Gerente-Geral do Corpbanca

Sr. Julio Henríquez, Gerente de Controle de Riscos do CorpBanca

Sr. Ricardo Martínez, Gerente de Controle de Riscos do Banco Security

Sr. Alfonso Serrano-Suñer, CEO da Management Solutions e Membro do Conselho do Clube de Gestão de Riscos da Espanha

Sr. Ignacio Layo, Sócio de Bancos da Management Solutions

Sr. José Luis Carazo, Sócio da prática de Gestão Integral do Risco na Management Solutions



Mesa redonda realizada com representantes de instituições financeiras chilenas

Gráfico 1. Condições para uma implementação bem-sucedida

- ▶ Sistema bancário profundo e solvente
- ▶ Amplo cumprimento dos Princípios Básicos de Supervisão Bancária Efetiva
- ▶ Gradualidade na implementação
- ▶ Calibração de proposta final baseada nos Estudos de Impacto
- ▶ Atividades conjuntas e discussões com o setor bancário
- ▶ Modificações na Lei Geral de Bancos que permitam a utilização tanto de enfoques padrão como de modelos internos de risco



Sr. Gustavo Arriagada, Superintendente da Superintendencia de Bancos e Instituições Financeiras do Chile

Resumo das Palestras

A Superintendência de Bancos e Instituições Financeiras (SBIF) começou sua exposição revisando o estado do sistema bancário chileno. Para esses fins, destacou sua força e solvência, conforme se pode inferir da evolução dos níveis de bancarização e do crédito, do risco das colocações e das análises de eficiência, rentabilidade e suficiência de capital.

Neste contexto, a SBIF detalhou as iniciativas que, junto com o Banco Central e a Associação de Bancos e Instituições Financeiras (ABIF), foram implementadas para orientar os esforços para a implementação de Basileia II. Com o primeiro, foi definido o *roadmap* e os documentos complementares (Gráfico 1) que marcaram as fases e datas de objetivo do processo. Com o segundo, foi constituído um grupo de trabalho para preparar a implementação efetiva das metodologias e dos processos associados a BIS II.

A SBIF propõe duas etapas de adoção de enfoques em Basileia II que têm como objetivo a implementação gradual dos mesmos: na primeira, seria abordado o modelo padrão para risco de crédito, padrão e modelos internos para risco de mercado, e padrão alternativo para risco operacional; na segunda, haveria uma evolução para modelos IRB para crédito e AMA para operacional. Além disso, em 2009 entrará em vigor o novo esquema de provisionamento baseado em perdas esperadas.

Para avaliar o impacto de Basileia II na solvência das Instituições, a SBIF planejou a execução de estudos de impacto quantitativo (primeiro e segundo semestre de 2008) que permitam avaliar as adaptações ao texto BIS II que poderão ser exigidas pelas particularidades do mercado chileno.

Adicionalmente e de forma paralela, a Lei Geral de Bancos chilena requer uma modificação substancial para compatibilidade com as políticas promulgadas por BIS II. A proposta de modificação e a posterior apresentação ao Congresso Nacional será realizada de forma conjunta entre a SBIF e o Banco Central.

Por sua vez, a ABIF aprofundou a necessidade de estreitar os laços com a SBIF com o objetivo de fazer uma definição conjunta dos requisitos a observar na aplicação prática dos preceitos de BIS II, dado que ainda deverão ser abordados temas muito relevantes: mitigadores de risco, exposições fora de balanço, uso de *ratings* externos, tratamento do Risco Operacional, etc.

Em todo caso, destacou a oportunidade e também o desafio que BIS II implica para o sistema bancário chileno e se mostrou satisfeita com os avanços alcançados pela ABIF em seu papel de coordenadora, para facilitar a implementação de Basileia II.



Gráfico 2. BIS II em um grupo financeiro internacional



Gráfico 3. A diferenciação de preços em função do risco permite dar serviço a segmentos desatendidos



A Management Solutions orientou sua intervenção à antecipação dos impactos quantitativos que presumivelmente serão derivados da aplicação dos modelos padrão e IRB de cálculo de capital regulatório na América Latina (estimativa), comparando-os com o caso europeu (dados conhecidos), e à descrição dos aspectos práticos da implementação de um modelo de gestão integral do risco⁽¹⁾.

A palestra do Grupo Santander dissecou os desafios enfrentados pelos grupos globais em sua evolução para a implementação de BIS II, enfatizando a necessidade de coordenar as distintas velocidades derivadas dos diferentes graus de evolução que as Unidades participantes no projeto apresentam. Segundo o Grupo Santander, as chaves para o êxito em um projeto tão ambicioso são a alavancagem em funções corporativas e serviços centrais, o apoio dos reguladores (coordenação *home-host*) e o fomento a uma cultura de riscos (Gráfico 2).

Seguindo com os grupos globais, a Fundação para as Microfinanças do BBVA destacou o grande avanço que o Pilar 2 representa no marco de gestão das Instituições, ainda que tenha reconhecido a dificuldade de fazê-lo convergir com o Pilar 1, considerando as assimetrias ainda existentes entre parâmetros regulatórios e de gestão. Além disso, destacou que a

diferenciação de preços em função do risco permite dar serviço a segmentos desatendidos (Gráfico 3).

Por outro lado, fez uma descrição da utilidade das microfinanças como elemento eficaz para potencializar o desenvolvimento das nações e comunidades em risco social, e reduzir a pobreza e a desigualdade, embora para seu desenvolvimento não seja possível aplicar a abordagem dos bancos tradicionais.

Em relação às instituições locais, Santander Chile, BancoEstado, Corpbanca e Banco Security propuseram sua experiência quanto à implementação de BIS II. Essas instituições apresentam diferentes caminhos de aproximação ao novo marco de gestão de riscos, mas em todos os casos surge como elemento central o estabelecimento de um modelo de governança fortemente apoiado pela Alta Direção, ou o desenho de um Plano Diretor que racionalize os esforços, e a promoção de uma cultura de riscos nas organizações.

Quanto às atividades concretas, o BancoEstado destacou sua experiência em modelos estatísticos para o cálculo de provisões e como estes serviram de alavanca para a posterior evolução para cálculos de capital regulatório e econômico (Gráfico 4).

¹Ver detalhes da apresentação no Anexo

Gráfico 4. Evolução interna X Requisitos



Gráfico 5. Fatores críticos de sucesso

- ▶ Apoio do Diretório
- ▶ Aproveitamento de experiência institucional prévia
- ▶ Visão de longo prazo
- ▶ Core único para ativos
- ▶ Sintonia e fluidez com regulador
- ▶ Cooperação com o regulador
- ▶ Regulamentação prudencial
- ▶ Proatividade
- ▶ Desenvolvimento de competências e habilidades
- ▶ Treinamento do pessoal
- ▶ Uso de Tecnologia da Informação – Sistemas computacionais
- ▶ Destinação de recursos



Sr. Manuel Méndez, Presidente da Fundação BBVA para Microfinanças

Gráfico 6. O que podemos aproveitar dos modelos AMA?

Metodologia quantitativa



- Permite registrar e manter as perdas relevantes para qualquer linha de negócio
- Permite manter a integridade dos dados internos de perda
- Permite fazer uma análise sistemática sobre as perdas
- Banco de dados fonte para cálculo de grande quantidade de KRIs
- Permite estabelecer bases sólidas para uma futura evolução para modelos AMA

A Corpbanca situou como ponto central a necessidade de gerar uma visão única de riscos na Instituição mediante a implementação de um plano de formação contínuo (Gráfico 5).

Por fim, o Banco Security realizou apresentação sobre risco operacional descrevendo o enfoque "Padrão Desenvolvido" definido pela Instituição, que envolve a combinação do modelo padrão alternativo para o cálculo de capital regulatório com a aplicação de metodologias qualitativas e quantitativas próprias de modelos AMA (Gráfico 6).

Conclusões

A "Convenção regional sobre os impactos de Basileia II na gestão das Instituições Financeiras" realizada no Chile concluiu que o país está avançando de forma ordenada para o estabelecimento de um marco legal e regulatório que permita desenvolver plenamente os preceitos propostos por BIS II. Em paralelo, constatou-se que as Instituições participantes no mercado local reconhecem as oportunidades estratégicas geradas por BIS II, fazendo uma aposta clara por sua implementação efetiva.

A Convenção

Buenos Aires



Sr. Eugenio Rogero González, Diretor-Geral de Riscos do BBVA Banco Francês

Introdução

A Convenção em Buenos Aires ocorreu na terça-feira, 15 de abril. Esta Jornada contou com a participação dos seguintes palestrantes:

Lic. Verónica Balzarotti, Gerente Principal de Investigações Econômicas do Banco Central da República Argentina

Lic. Alfredo Roisenzvit, Gerente de Coordenação de Supervisão da Superintendência de Instituições Financeiras e Cambiais

Sr. Patxi Barceló, Diretor de Risco de Solvência e Responsável pelo Projeto Basiléia II na Direção Geral de Riscos do Grupo Santander

Sr. Eugenio Rogero González, Diretor-Geral de Riscos do BBVA Banco Francês

Sr. Jorge Edgardo Thomas, Diretor Geral de Riesgos de Santander Río

Sr. Juan Carlos L'Afflitto, Diretor de Risco de Crédito do Banco Galicia

Sr. Héctor Guedes, Diretor do Banco Saenz

Sr. Sergio Moya, Tesoureiro do Banco Columbia

Sr. Jorge Serenelli, Sócio da Management Solutions Argentina

Sr. Hernán Enríquez, Diretor da Prática de Gestão Integral do Risco da Management Solutions Argentina

Gráfico 1. A visão dos Reguladores
Os princípios do "espírito" de B2

"A carga de satisfazer ao supervisor recai sobre os bancos" *parágrafo 417*

"Os bancos deverão ter aplicado a suficiente revisão legal para verificar isso e devem ter uma base legal bem fundamentada para chegar a esta conclusão... e encarar revisões ulteriores se fosse necessário para garantir que a aplicabilidade se mantenha" *parágrafo 118*

"Não é a intenção do Comitê ditar a forma ou os detalhes operacionais das políticas de administração de risco dos bancos e suas práticas. Cada supervisor desenvolverá procedimentos de revisão detalhados para garantir que os controles e sistemas dos bancos são adequados..." *parágrafo 389*

Gráfico 2. BIS II em um grupo financeiro internacional

► Divisão de tarefas entre matriz e entidades locais, baseando-se nas seguintes premissas:

- **Compromisso corporativo** de cumprimento e coordenação em nível global.
- **Homogeneização** de políticas e tarefas globais.
- **Desenvolvimento centralizado de arquitetura** de sistemas.
- Interpretação de regulação e coordenação com **supervisores**.
- Esforço intenso no tempo: foco na gestão de **países relevantes e desenvolvimento gradual** com supervisão de alto nível para o restante das entidades (roll out).

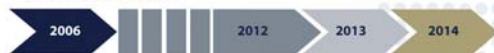


Gráfico 3. Incorporação do custo do risco nas métricas de valor e no incentivo



Gráfico 4. Impactos de Basileia II na Gestão do Risco
Impactos na gestão



Resumo das Palestras

O Banco Central da República Argentina (BCRA) expôs sua visão sobre a adaptação a Basileia II na Argentina (Gráfico 1) e os objetivos do "Roadmap" emitido há alguns meses pela Instituição. Durante todo o tempo, concentrou-se na importância de Basileia II do ponto de vista da gestão e nos impactos potenciais na cifras de capital. Neste sentido, falou da relevância do Pilar 2 em relação aos atuais requisitos do Pilar 1 para implementar Basileia II na Argentina. Por outro lado, mencionou a recente normativa de Risco Operacional emitida pelo BCRA e o enfoque de "Melhores Práticas" que se pretende aplicar para a gestão deste risco.

Os grupos globais compartilharam suas experiências relativas à implementação de BIS II em organizações multinacionais.

O Grupo Santander expôs seu firme interesse de adaptação a Basileia II, superando as exigências regulatórias. Apresentou o trabalho realizado nos últimos anos pela Instituição, e enfatizou as mudanças organizacionais e tecnológicas que ocorreram internamente para levar adiante as exigências tanto regulatórias como de gestão. Por sua vez, apresentou o *Roll-Out* que o Grupo pretende realizar nos próximos anos para que todos os países se encontrem alinhados com os modelos avançados de Basileia II (Gráfico 2).

Por sua vez, o Grupo BBVA expôs seu esquema integral de gestão do risco, no qual a rentabilidade agregada por cliente/operação é o fator principal de decisão em todas as etapas do processo interno de risco da Instituição, como a admissão das operações, seu acompanhamento, os preços que se determinam e inclusive as remunerações às diferentes unidades de negócio (Gráfico 3). Expôs também a complexidade tecnológica que representa para um grupo financeiro internacional a adaptação a Basileia II.

A Management Solutions deu sua visão de como deveria ser o processo gradual de adaptação a Basileia II na Argentina, através das experiências vividas em mercados que já iniciaram o caminho crítico há alguns anos. A este respeito, expôs os pilares fundamentais deste processo de adaptação, os impactos organizacionais, o desenvolvimento dos modelos internos, os bancos de dados, os processos de gestão e o envolvimento direto da Alta Direção em todos e em cada um dos pontos críticos da adaptação a Basileia II (Gráfico 4). Adicionalmente, expôs números orientativos sobre o impacto potencial da aplicação dos diferentes enfoques de cálculo de capital nos recursos próprios.

No período da tarde, distintos palestrantes compartilharam as experiências das instituições argentinas.

Gráfico . Implicações da Convergência para BIS II Plano de ação para chegar a IRB avançado

Até onde vamos ...

- ▶ **2008 – 2009:**
 - Ampliar a informação relevante para analisar os inputs dos módulos de PD existentes
- ▶ **2010: (Banco Central exigirá Bis II- Enfoque Padronizado Simplificado para Risco de crédito)**
 - Validar todos os modelos de PD para as distintas carteiras do Banco
 - Iniciar o processo de validação de documentação com o supervisor local e global
 - Garantir que a retroalimentação dos PDs seja considerada na decisão de Risco do Banco
- ▶ **2011:**
 - Início de construção de Modelos de LGD
 - Analisar os mitigantes ao EAD
- ▶ **2012 – 2013:**
 - Validação de Modelos de LGD e colocação em funcionamento do projeto em sua totalidade
- ▶ **2014:**
 - Aprovação e acompanhamento do modelo IRB avançado pelos Supervisores Local e

Gráfico 7. Conclusões da implementação de modelos internos

- ▶ O motor deste processo baseia-se na obtenção dos seguintes objetivos:
 - Automatização de processos diminuindo custos e tempos de resposta
 - Centralização das Políticas de Crédito que modelam o Perfil de Riscos do Banco
 - Homogeneidade na valoração do risco
 - Pricing diferencial em função do risco
- ▶ Processo Extenso, Contínuo e sob Medida para a realidade de cada Instituição
- ▶ A Liderança do Projeto implica em um Esforço Significativo para obter o Convencimento por parte da Organização sobre os Benefícios deste Modelo de Gestão

Gráfico 6. A qualidade de Risco está melhorando?



Gráfico 8. Objetivos da titularização

Entre os objetivos da titularização de ativos, cabe destacar:

- **Redução dos requisitos de recursos próprios**
Impacto direto no cálculo da Taxa de Solvência.
- **Gestão de balanço**
Possibilidade de conversão de ativos ilíquidos em ativos líquidos negociáveis em mercados secundários.
- **Obtenção de financiamento e liquidez**
Utilização de mecanismos de financiamento não tradicionais que permitem obter uma liquidez imediata.
- **Casamento de ativos e passivos**
Instrumento alternativo que permite eliminar ou minimizar os descasamentos de prazos das massas de ativo e passivo do balanço da Instituição.

O Santander Rio expôs como foi adaptando os requisitos globais à realidade local de forma gradual e sob um marco de coordenação centralizado. Neste sentido, expôs os avanços realizados e os pontos pendentes em cada um dos segmentos críticos da carteira do Banco: *Retail*, *PMEs*, *Empresas* e *Corporates*. Por último, detalhou o possível *roadmap* que o Banco pretende abordar nos próximos anos para adaptação de modelos avançados (Gráfico 5).

Por sua vez, o BBVA Banco Francês se referiu aos avanços internos realizados para implementação local de Basileia II e os desafios dos próximos anos em matéria de modelos internos e ambiente tecnológico necessários para a plena adaptação de Basileia II. Expôs gráficos da evolução dos volumes das carteiras de varejo no país e dos dados de inadimplência associados (Gráfico 6), assim como das coberturas por provisões que existem atualmente, para finalizar a análise com uma comparação do esquema de provisões atuais frente ao de perdas esperadas.

O Banco Galicia explicou seu processo de implementação de modelos internos, comparando a evolução que a Instituição teve em relação à evolução em nível mundial. Enfatizou que, mais do que cumprir uma regulamentação, a Instituição teve como objetivo básico realizar melhorias em termos de gestão (Gráfico 7), vinculadas com a redução de custos e tempos, a

centralização das decisões, a homogeneização nas metodologias de medição de riscos e o pricing de acordo com o risco de cada operação.

O Banco Saenz comentou como as titularizações podem ser uma ferramenta útil em termos de gestão de risco de crédito e liquidez, assim como de otimização do capital. Adicionalmente, expôs como Basileia II contempla seu impacto como técnica de redução do risco, permitindo reduzir o capital alocado em função da tipologia de transferência do risco implícita na operação (Gráfico 8).

O Banco Columbia expôs as linhas gerais relativas à gestão do risco estrutural de balanço, enfatizando os riscos de liquidez, juros e taxa de câmbio (Gráfico 9). Depois de comentar os principais objetivos buscados por uma gestão eficiente desses riscos, expôs quais deveriam ser as bases que a gestão deveria contemplar. Neste sentido, enfatizou a importância de contar com procedimentos definidos e bem documentados em relação a estes riscos, e apoiados por um esquema de relatórios automatizados e que envolvam geração de cenários determinísticos e estocásticos das variáveis-chave em relação à Gestão do Risco Estrutural de Balanço.



Lic. Alfredo Roisenzvit, Gerente de Coordenação de Supervisão da Superintendência de Instituições Financeiras e Cambiais



Sr. Patxi Barceló, Diretor de Risco de Solvência e Responsável pelo Projeto Basileia II na Direção Geral de Riscos do Grupo Santander

Gráfico 9. Gestão de ativos e passivos

O que é o ALM...

"Maximizar o retorno ajustado por risco do acionista a longo prazo"

1. Administração do Risco de Taxa de Juros

- Habilidade para manejar o impacto econômico no balanço por mudanças nas taxas de mercado
- Aumentar o valor para o acionista, maximizando a rentabilidade da margem financeira para um nível de risco determinado (NIM)
- Preservar as receitas futuras, protegendo o valor de mercado da entidade (MVE)

2. Risco de Taxa de Juros – Fund Transfer Pricing

- Isolar o risco de taxa nas unidades de negócio
- Transferir o risco para onde possa ser gerenciado de forma eficiente

3. Gestão da liquidez

- Garantir que a entidade se encontre em condições de fazer frente a suas obrigações em qualquer circunstância possível de mercado



Lic. Verónica Balzarotti, Gerente Principal de Investigações Econômicas do Banco Central da República Argentina

Conclusões

A "Convenção regional sobre os impactos de Basileia II na gestão das Instituições Financeiras" realizada na Argentina ocorreu no momento certo, dadas as iniciativas que o Banco Central da República Argentina emitiu recentemente neste âmbito. É possível concluir que as instituições locais estão conscientes do esforço necessário para a plena adaptação a Basileia II, e defendem as vantagens que representam para a gestão. O caminho crítico é longo e complexo, mas tanto o Regulador como os principais Bancos do setor estão convencidos da necessidade de implementar essas medidas, como está fazendo o mercado internacional.

A Convenção

Cidade do México



Lic. Jesús Benítez Martínez, Supervisor-chefe de Riscos da CNBV

Introdução

A Convenção na Cidade do México ocorreu na terça-feira, 22 de abril. Esta Jornada contou com a participação dos seguintes palestrantes:

Lic. Patricio Bustamante Martínez, Vice-Presidente da CNBV e Responsável principal pela Implementação de Basiléia II

Lic. Jesús Benítez Martínez, Supervisor-Chefe de Riscos da CNBV

Lic. Heleodoro Ruiz Santos, Coordenador do Comitê de Basiléia II da Associação de Bancos do México e Diretor de Administração de Risco de Crédito do Banorte

Sr. Javier Peralta, Diretor-Geral de Riscos do Grupo Santander

Sr. Javier Hernández, Diretor Corporativo de Gestão Global de Risco del Grupo BBVA

Lic. Andrés Corona Juárez, Diretor da Unidade de Administração Integral de Riscos do BBVA Bancomer

Lic. Guillermo Villagómez Castro, Diretor de Controle e Normatividade de Riscos do BBVA Bancomer

Sr. José Carlos Ávila Benito, Diretor-Geral de Riscos do Banco Santander México

Lic. Manuel Cortés Brizuela, Diretor-Executivo da Chefatura Técnica de Riscos do Banco Santander México

Eng. Leonardo Jorge Granados Islas, Responsável por Modelos Internos de Risco de Crédito do Banorte

Lic. Ana Cecilia Reyes Esparza, Diretora de Administração de Riscos do Banco Ve Por Más e Coordenadora do Subcomitê de Risco Operacional na Associação de Bancos do México

Sr. Alfonso Serrano-Suñer, CEO da Management Solutions e Membro do Conselho do Clube de Gestão de Riscos da Espanha

Sr. Fernando Castiñeiras, Sócio de Bancos da Management Solutions

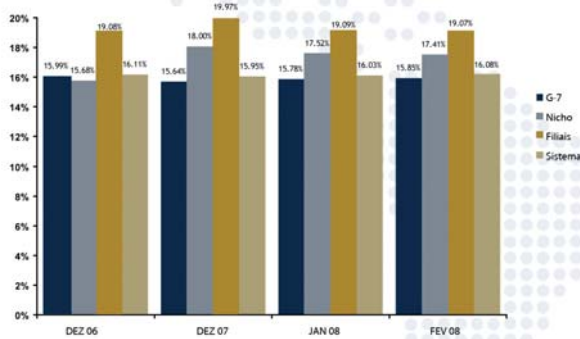
Sr. José Luis Carazo, Sócio da prática de Gestão Integral do Risco na Management Solutions

Lic. Efraim Morales, Diretor da Management Solutions México



Lic. Patricio Bustamante Martínez, Vice-presidente da CNBV e responsável principal pela Implantação de Basileia II

Gráfico 1. ICAP por Grupo de Bancos



Lic. Heleodoro Ruiz Santos, Coordenador do Comitê de Basileia II da Associação de Bancos do México e Diretor de Administração de Risco de Crédito do Banorte

Gráfico 2. Implicações organizacionais do BIS II em função de riscos de um Grupo Financeiro Internacional

O BIS II introduz toda uma série de requisitos com implicações organizacionais, destacando a cobertura integral, a segregação de funções e integração na gestão.

- O Alcance Global da função de Riscos (todos os Bancos e Negócios Globais e todas as aceções de Riscos Financeiros(1))
 - Transparência Organizacional
 - Segregação e especialização de funções (Independência de Riscos e Negócio e Independência da função de Controle)
 - Existência de recursos adequados
 - Consistência entre gestão e regulação, garantindo a plena integração dos modelos internos na gestão
 - Eficácia e independência das funções de Validação Interna e Auditoria Interna
 - Envolvimento do Conselho de Administração e da Alta Direção na gestão e no controle do risco
- Foco**
- A "Inteligência" (modelos de gestão e metodologias) e o controle corporativos para todos os riscos financeiros.
 - A integração da função de Riscos na gestão (execução) para todos os Bancos e Negócios Globais do Grupo

Resumo das Palestras

A Comissão Nacional Bancária e de Valores explicou o processo de adaptação normativa que realizou com o objetivo de aplicar o método padrão e de modelos avançados (com um esquema de três anos de piso) para o cálculo de capital por risco de crédito; o método padrão (avançando para modelos internos) para o cálculo de capital por risco de mercado; e o método de indicador básico (avançando para modelos padrão) para o cálculo de capital por risco operacional. A Comissão declarou que um objetivo importante do processo havia sido garantir que os parâmetros propostos por BIS II correspondessem ao risco de crédito real do México (Gráfico 1).

Outro objetivo destacado foi incentivar as instituições para que evoluíssem para uma medição do risco baseada em modelos internos integrados na gestão e, por fim, possibilitar o Acordo BIS II no sistema financeiro mexicano em um prazo e condições razoáveis. Neste sentido, vale ressaltar que a Comissão se adiantou a outras jurisdições (incluindo algumas européias) na publicação do marco regulatório de implementação de Basileia II e na execução do mesmo (primeiro relatório em janeiro de 2008).

Por último, a Comissão Nacional Bancária e de Valores expôs o processo desenhado para a aprovação de Modelos Internos (IRB) para o cálculo do requisito de capital por risco de crédito, com um detalhamento das diferentes etapas do mesmo, e um triplo

objetivo final: estabelecer um marco de incentivos para o uso de modelos internos, chegar a um requerimento mais ajustado aos riscos assumidos, e alinhar as instituições na gestão do capital, destacando os necessários esforços que todo este processo envolve.

A Associação de Bancos do México enumerou os desafios e as oportunidades que existem frente às mudanças nos requerimentos de capital e a influência que a estabilidade do sistema financeiro tem no desenvolvimento econômico de um país. Particularizando no México, indicou que BIS II incentiva o desenvolvimento do setor bancário, permitindo transferir esses benefícios aos clientes, reconhecendo sua qualidade de crédito e, em conclusão, uma prática bancária mais eficiente, que redundaria em maior estabilidade e desenvolvimento.

Por outro lado, os grupos globais compartilharam suas experiências relativas à implementação de BIS II em organizações multinacionais.

O Grupo Santander destacou que a gestão integral do risco que se deriva do Novo Acordo é fundamental nos bancos atuais, até o ponto de que a adequação aos princípios de BIS II teria ocorrido no grupo em qualquer caso, ainda que BIS II não tivesse existido. Além disso, afirmou que BIS II envolve uma série de impactos internos com implicações organizacionais (Gráfico 2).

Gráfico 3. BIS II como elemento de melhoria na gestão

O processo de Basileia II está contribuindo para modernizar a gestão de riscos e resultará em uma fixação de preços e em uma designação de recursos mais eficiente



Gráfico 4. Avanços - Esquema de Trabalho

Em janeiro de 2007, foi construído o Esquema Geral de Validação Interna, no qual a cada área são atribuídos determinados procedimentos e controles, sendo a área de Validação Interna um elemento integrador, que assegura a realização dos procedimentos e controles considerados críticos, documentando os desvios em relação ao esquema proposto, assim como os planos de ação para solucionar esses desvios:



Gráfico 5. Homologação de Metodologias de Qualificação Interna



Gráfico 6. Modelos



Por sua vez, o Grupo BBVA afirmou que BIS II apoiava seu esquema de capital econômico em risco, com o que se administra a determinação de preços e a designação eficiente de recursos (Gráfico 3). Por este motivo, BIS II supôs para o Grupo um investimento necessário em modelos, infra-estrutura e cultura. Neste sentido, as últimas crises financeiras só fizeram reafirmar a importância de BIS II e de aspectos essenciais como a transparência, a liquidez e a qualidade dos *inputs* na estimativa de parâmetros. Pensando no futuro, só cabe aprofundar em BIS II e em um maior alinhamento entre provisões e capital.

A Management Solutions defendeu que o processo de adaptação a Basileia II deve ser entendido como uma oportunidade em um ambiente mundial com aumento da inadimplência, crises de liquidez e queda do setor imobiliário. Porém, a adaptação é cara e complexa, motivo por que a Management Solutions expôs um enfoque prático do processo. Este enfoque deve ter como primeiro passo um Plano Diretor completo e ordenado, que dimensione os esforços e contemple todos os aspectos críticos de BIS II: organização, modelos internos, dados, processos e ferramentas, capital e RAROC, ou considerar aspectos de gestão de projeto, entre outros.

No período da tarde, distintos palestrantes compartilharam as experiências das instituições mexicanas.

O BBVA Bancomer informou sobre suas experiências no processo de certificação de modelos internos, ressaltando os fatores de sucesso: compromisso da Alta Direção na dotação de recursos; plano de implementação baseado na disponibilidade de dados, plataforma tecnológica e órgãos de validação interna; e, por último, coordenação mediante uma adequada gestão de projeto. Além disso, o BBVA Bancomer aprofundou-se na função de Validação Interna, demandada expressamente pelo Novo Acordo BIS II e de importância-chave no processo de adaptação. Em sua opinião, esta unidade deve praticar uma validação independente do cumprimento dos requisitos mínimos de BIS II e dos procedimentos internos, assim como do bom funcionamento dos modelos internos e seu uso na gestão (Gráfico 5).

Por sua vez, o Santander México referiu-se à documentação que serve de base para a solicitação de aprovação de modelos internos por parte do regulador, destacando que a experiência com o regulador de sua matriz permitirá sinergias com a documentação a entregar ao supervisor local, reconhecendo sempre as particularidades em cada caso. Em seguida, o Santander México expôs como experiência também relevante a homologação de suas metodologias de qualificação interna para a determinação de reservas creditícias. Esta homologação define as bases para a solicitação de modelos internos avançados em BIS II, destacando como fatores imprescindíveis a validação interna e externa no processo (Gráfico 5).



Mesa redonda realizada com representantes de instituições financeiras mexicanas



Sr. Javier Hernández, Diretor Corporativo de Gestão Global do Risco do Grupo BBVA



Sr. Javier Peralta, Diretor-Geral de Riscos do Grupo Santander

O Banorte explicou seu processo de implementação de modelos internos, destacando que os modelos deveriam ser auditáveis, reproduzíveis, estáveis, consistentes, precisos e utilizados para fins de concessão de crédito e atribuição de risco, reservas e capital (Gráfico 6). Obtendo êxito neste processo de implementação, os modelos gerarão valor otimizando os recursos próprios, administrando o risco com políticas de preço diferenciadas, melhorando o retorno do capital ajustado por risco, assim como a imagem de crédito da instituição e seu acesso a financiamentos.

Em relação ao risco operacional, o Banco Ve por Más ressaltou que estava mais relacionado com pessoas, processos e sistemas, do que com o nível de receitas da entidade (magnitude de referência atual no âmbito normativo). Porém, enfatizou que o setor ainda está longe de contar com modelos internos neste risco, destacando que a prática internacional atual havia centrado os esforços na captura de informação de qualidade sobre o número de eventos e sua perda associada, sem desprezar o necessário investimento em tecnologia e treinamento. Por último, comentou que as instituições estão se esforçando para incorporar melhores práticas de governança corporativa e controle interno que reduzam o risco operacional.

Conclusões

A "Convenção regional sobre os impactos de Basileia II na gestão das Instituições Financeiras" realizada no México concluiu que este país se encontra em uma situação consolidada para avançar em modelos internos dentro do âmbito de BIS II. Isso é possível tanto pelo esforço realizado pelo regulador, que definiu as bases jurídicas com uma normativa já em vigor e relatórios de informação já em curso, como pelo consenso entre as instituições locais e globais quanto a que BIS II não é apenas um requisito normativo, mas uma oportunidade estratégica para a gestão integral do risco. Neste sentido, todos os participantes se mostraram conscientes de que a adaptação a BIS II é um processo longo que requer esforços e investimento, mas representa o futuro para quem quiser ser competitivo no setor financeiro deste país.

A Convenção

São Paulo



Introdução

A Convenção em São Paulo ocorreu na terça-feira, 29 de abril. Esta Jornada contou com a participação dos seguintes palestrantes:

Sr. Carlos Donizeti Macedo Maia, Chefe Adjunto do Departamento de Supervisão de Bancos e Conglomerados Bancários do Banco Central do Brasil

Sr. Juan Andrés Yanes, Diretor-Geral Adjunto de Riscos do Grupo Santander

Sr. Vasco Maria Castro Orey, Diretor-Geral de Gestão de Risco do Grupo Caixa Geral de Depósitos

Sr. Óscar Rodríguez, Vice-Presidente de Riscos de Crédito e Mercado do Banco Santander no Brasil

Sr. Wilson Luiz Matar, Superintendente Executivo de Informação de Risco de Crédito do Banco Santander no Brasil

Sr. Carlos Alfredo Vianna, Superintendente Executivo de Gestão de Capital do Banco Real

Sr. Alexandre Carneiro Cerqueira, Gerente de Riscos de Crédito do Banco do Brasil

Sr. Rodrigo Couto, Superintendente de Riscos Consolidados do Banco Itaú Holding

Sr. Humberto Mota, Superintendente Executivo de Controladoria e Compliance do Banco BGN

Sr. Alfonso Serrano-Suñer, CEO da Management Solutions e Membro do Conselho do Clube de Gestão de Riscos da Espanha

Sr. Marcos Izena, Diretor da Management Solutions Brasil

Sr. Denis Nakazawa, Responsável pela prática de Gestão Integral do Risco na Management Solutions Brasil



D. Carlos Donizeti Macedo Maia, Chefe Adjunto do Departamento de Supervisão de Bancos e Conglomerados Bancários do Banco Central do Brasil

Gráfico 1. Estrutura do Projeto

Programa Basiléia II

- Planejado para ser constituído por 3 projetos, um para cada etapa:
 - **Fase I – “Estruturação”**: 2005 a 2007 (2008) – coordenado pelo Denor, ênfase na proposição normativa.
 - **Fase II – “Aplicação”**: 2009 a 2010 – ênfase nas abordagens avançadas, tanto para regulação quanto para supervisão.
 - **Fase III – “Validação”**: 2011 a 2012 – ênfase na aprovação para uso de modelos internos.

Gráfico 2. Antecedentes. Princípios de Riscos

A cultura de Riscos no Santander está caracterizada pela independência e consistência com as estratégias de negócio

Cultura de Riscos Corporativa

- Uma Divisão reportando-se ao 3º Vice-Presidente
- Duas Diretorias Gerais
- O 3º Vice-Presidente preside a Comissão Delegada de Riscos, que:
 - Estabelece a Política de Riscos do Grupo
 - Define a tolerância / apetite de riscos
 - Supervisiona continuamente o perfil de riscos assumido
 - Supervisiona os projetos de metodologias e ferramentas para melhorar o controle e gestão de riscos no Grupo

Princípios de Riscos

- **Independência**
 - Alcance Global: Todos os fatores em todos os negócios e regiões geográficas
 - Decisões colegiadas
 - Perfil de Riscos Médio-Baixo
 - Diferentes ferramentas e medidas: Ratings Internos, RORAC, Capital Econômico, VaR, Stress testing, Análise de Cenários

Gráfico 3. A problemática do histórico de dados

Onde estão? Como estão?



Resumo das Palestras

O Banco Central do Brasil explicou seu programa de adaptação às recomendações de BIS II no Brasil, indicando as etapas que já foram concluídas e as que ainda estão em fase de implementação. Além disso, expôs a estrutura adotada pelo Banco Central para o acompanhamento adequado de todo o programa. Detalhou os próximos passos até 2012, com um foco específico no desenvolvimento e na homologação dos modelos internos de riscos nas instituições (Gráfico 1). O regulador enfatizou a necessidade de especial atenção à implementação de processos de autoavaliação do capital-ICAAP.

Por sua vez, os grupos financeiros globais comentaram suas experiências no processo de adaptação ao novo marco de requisitos de capital.

Assim, o Grupo Santander mostrou seus avanços em uma cultura global de gestão de riscos, requisito essencial para que as recomendações de Basiléia II sejam implantadas efetivamente e, desta forma, seja possível desfrutar dos benefícios inerentes ao novo modelo. Ressaltou também o fato de que a implementação do Novo Acordo fosse além do simples cumprimento dos requerimentos do regulador. Neste sentido, comentou que uma adequada implementação implica em mudanças na organização e exige, portanto, um forte

envolvimento da Alta Direção (Gráfico 2). Finalmente, como grupo global, apontou a importância de conjugar de forma adequada os requerimentos do Banco de Espanha com os requerimentos dos diferentes reguladores dos países onde mantém atividades.

Por outro lado, o Grupo Caixa Geral de Depósitos apresentou sua visão de como o Novo Acordo gerou uma oportunidade de melhoria global na organização. Indicou as principais dificuldades encontradas, como identificar e organizar as informações necessárias para atender aos requerimentos estabelecidos no Novo Acordo. Neste sentido, indicou que a implementação de um *Datamart* de Riscos foi essencial na consecução dos objetivos definidos, facilitando em grande medida o posterior desenvolvimento dos modelos de *scoring* e de *rating* (Gráfico 3).

A Management Solutions destacou a importância de se elaborar um Plano Diretor que defina todos os esforços e iniciativas necessários para a implementação efetiva dos requerimentos de BIS II. Neste sentido, detalhou os aspectos essenciais que o Plano Diretor deveria contemplar para facilitar o alinhamento correto das distintas áreas envolvidas com os objetivos pretendidos.

Gráfico 4. Aspectos de uma experiência de implementação

Abordagem Adequada

- ▶ Buscar a excelência em gestão, e colher os benefícios em forma de retornos adicionais para os acionistas.
- ▶ §720, sobre o Processo de Supervisão Bancária: encorajar os bancos a desenvolver e melhor aplicar técnicas de gestão de riscos.
- ▶ §726-745, sobre Princípios Chaves da Supervisão Bancária: bancos devem ter processos para medir a adequação de capital em relação ao seu perfil de risco e ter estratégias para manter seus níveis de capital.
- ▶ A adequação do capital requer que as IF's possuam um Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Internal Capital Adequacy Assessment Process - ICAAP).
- ▶ ICAAP é responsabilidade da IF, e sua sofisticação deve ser proporcional à natureza, escala, complexidade e relevância sistêmica da IF. A responsabilidade da autoridade regulatória é revisar e avaliar o ICAAP.

Gráfico 5. Desafios e próximos passos

MAIOR DESAFIO

“Não é a modelagem e desenvolvimento de sistemas, mas sim o atendimento pleno das condições de controles internos, governança, disseminação interna da política de risco da instituição e exigências de transparência.”

Amansio Luiz de Oliveira Gomes
BACEN/ DENOR Departamento de Normas do Sistema Financeiro

Gráfico 6. Fases da implantação de Basileia II

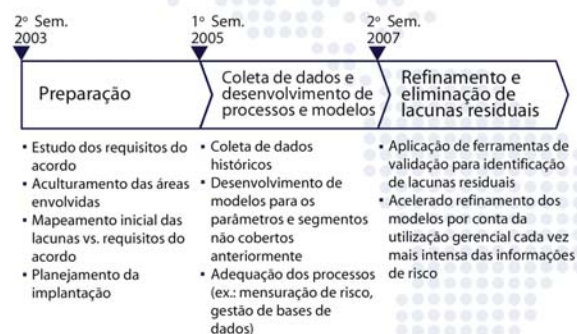


Gráfico 7. Gestão do Risco Operacional



Na segunda parte do evento, foi realizada uma mesa redonda, com participação de diversas instituições financeiras brasileiras. Todas apresentaram seu grau de avanço na adaptação ao Novo Acordo de Capital, assim como os desafios que vêm enfrentando.

O Banco Santander Brasil apresentou o que considera seus principais desafios na implementação de Basileia II no Brasil. Destacou as dificuldades na correta definição do histórico de dados a acumular, considerando a alta volatilidade do mercado brasileiro. Em função disto, a definição da metodologia dos modelos a desenvolver (*through-the-cycle versus point-in-time*) acaba sendo um dilema, uma vez que cada tipologia apresenta limitações específicas em cada um dos cenários considerados. Apontou também o efeito do *mark-to-market* em ativos e garantias como um aspecto relevante na gestão de capital, já que a desvalorização de um ativo em garantia pode ter impactos consideráveis nos resultados posteriores dos processos de recuperação, aumentando a volatilidade do balanço e da conta de resultados. Outra problemática apontada foi a complexidade existente na definição da segmentação de carteiras, dada a peculiaridade dos produtos comercializados no mercado brasileiro. Por último, comentou os impactos sobre o Modelo de Risco de Crédito que deverão ser considerados na adoção do novo marco de capital.

Por sua vez, o Banco Real comentou suas experiências relativas ao processo de adaptação de BIS II. Como principal ponto de atenção, ressaltou a necessidade de um alinhamento estratégico da organização como uma garantia firme para o sucesso do projeto. Além disso, indicou que atividades-chave, como desenho e construção de bancos de dados, desenvolvimento de modelos e constituição de uma equipe de trabalho, são apenas a ponta do *iceberg*, porque existem muitas outras iniciativas para uma correta consecução do processo de adaptação: redesenho dos produtos para a otimização do capital, elaboração dos modelos de *rating* com a PD associada aos clientes, ajuste nas políticas de admissão e acompanhamento de crédito, e alinhamento com as políticas de provisão e perdas esperadas, entre outros. Também enfatizou a dificuldade aparente do Pilar 3, uma vez assimilado que o processo de comunicação com o mercado não é simplesmente uma divulgação das informações acumuladas dos Pilares 1 e 2. Como conclusão, destacou que a disciplina na execução do projeto é um dos principais fatores de sucesso, especialmente em relação à definição exata do escopo, orçamento, cronograma, dimensionamento dos recursos e participação da Alta Direção (Gráfico 4).

O Banco do Brasil expôs os impactos organizacionais e culturais envolvidos na implementação do BIS II em uma instituição de seu porte. Em primeiro lugar, apresentou a estrutura responsável da gestão e liderança do projeto que, na prática, se inter-relaciona com várias áreas e prevê vários comitês de acompanhamento.



Mesa redonda realizada com representantes de instituições financeiras brasileiras



Sr. Vasco Maria Castro Orey, Diretor-Geral de Gestão de Risco do Grupo Caixa Geral de Depósitos



Sr. Juan Andrés Yanes, Diretor-Geral Adjunto de Riscos de Grupo Santander

Também reforçou a ideia de transmitir, por toda a organização, uma cultura que busque combinar a gestão do negócio com os requisitos regulatórios (Gráfico 5). Como lições aprendidas, concorda com outras instituições em que a adoção do Novo Modelo vai além da área de riscos e envolve toda a organização, sendo essencial o patrocínio da Alta Direção para sua adequada consecução. Por outro lado, também apontou como fatores críticos de sucesso a organização da informação e a cultura corporativa.

O Banco Itaú Holding destacou que sua própria cultura interna, baseada na disciplina, no rigor analítico e na orientação à criação de valor, fizeram com que a organização passasse por um processo de adaptação natural de evolução da gestão dos riscos no Grupo. Apresentou os passos seguidos pela Instituição no processo de adaptação e nos grupos de trabalho existentes (Gráfico 6). Como principais desafios, o Itaú destacou a complexidade quantitativa e qualitativa na avaliação do risco, a representatividade dos dados históricos utilizados, assim como a correta administração da grande quantidade de iniciativas derivadas do processo de adaptação.

Por último, o Banco BGN abordou a gestão do risco operacional dentro do âmbito de BIS II. Neste sentido, ressaltou a necessidade de realizar um processo estruturado de identificação, avaliação, acompanhamento e mitigação do risco (Gráfico 7). Segundo o Banco BGN, a implementação estruturada da gestão do risco

operacional contribuiu para melhorar seu controle do próprio risco, otimizar custos, aumentar a eficácia, assim como para uma melhor priorização de controles. Como resumo dos passos para a implementação da gestão do risco operacional, enumerou como principais aspectos o apoio externo, a seleção de ferramentas para acumulação de dados, a definição de conceitos comuns de riscos e a realização de um diagnóstico geral de riscos com mapeamento dos processos associados.

Conclusões

A "Convenção Regional sobre os impactos de Basiléia II na gestão das Instituições Financeiras" destacou, como grande conclusão, a necessidade de contar com o total apoio da Alta Direção para alcançar o êxito na adaptação à norma. A cultura da organização é um fator que não deve ser menosprezado, assim como a compilação de informações históricas de acordo com a realidade do mercado brasileiro. Outro ponto destacado foi que o Novo Acordo de Capital não é apenas um requerimento regulatório, mas uma oportunidade estratégica para a adoção de um processo integral de gestão do risco dentro das instituições. Finalmente, ficou claro que se trata de um processo longo, complexo e caro, mas que permitirá melhorias significativas na gestão do risco, que resultarão em vantagens competitivas frente ao mercado.

Considerações finais

Após a realização das quatro jornadas de que constituíram a Convenção, ficou claro que as instituições latino-americanas estão começando a realizar avanços em direção a modelos internos, ainda conscientes dos grandes desafios envolvidos na adaptação a Basileia II.

Desta forma, as instituições estão avançando no cumprimento dos requerimentos regulatórios do Pilar 1 de Basileia, assim como começando a implantar alguns modelos de provisões baseados em modelos internos, o que está resultando em um esforço significativo de adequação de seus marcos de gestão, sistemas de informação e circuitos atuais de gestão do risco.

Em todo caso, observa-se que o processo de adaptação à regulamentação ainda não foi concluído, ficando muito trabalho à frente, fundamentalmente em duas frentes:

1. A adaptação às normativas que estão sendo emitidas pelos diferentes reguladores (capital e provisões).
2. A orientação das ferramentas para a gestão, de forma que permita a gestão ativa do apetite pelo risco das instituições, onde tem especial importância aumentar o uso dos modelos internos na gestão das instituições.

Os organismos reguladores explicaram seus "*roadmaps*" para a adaptação a Basileia II em seus países, destacando que é um desafio de grande porte para as instituições, com elevados impactos em todos os níveis da organização.

Além disso, todas as instituições participantes e especialistas independentes consideram que Basileia II implica em um avanço na convergência entre regulação e gestão, e que, portanto, as instituições que estão se dirigindo a ela estão percebendo melhorias substanciais em sua gestão do risco e, por conseguinte, adquirindo uma vantagem competitiva frente às demais organizações.

Em todo caso, trata-se de uma decisão estratégica para cada instituição, em particular perante o novo ambiente macroeconômico e dos mercados financeiros, com envolvimento direto da Alta Direção das instituições.

Por fim, as instituições mais avançadas e os especialistas independentes que estiveram presentes nas jornadas insistiram na complexidade do projeto, destacando como primeiro passo abordar a elaboração do Plano Diretor de Adequação a Basileia II que priorize as tarefas a realizar, sua duração e os recursos que devem ser envolvidos em execução.



Anexo

A Gestão Integral do Risco: Um enfoque prático (pela Management Solutions)



Introdução

De acordo com nossa experiência no desenvolvimento e implementação de BIS II em Instituições Financeiras, consideramos oportuno incluir este anexo, onde são detalhados de forma executiva os principais impactos a abordar em uma implementação com estas características.

Principais impactos

- ▶ Aspectos organizacionais e outros de tipo geral
- ▶ Necessidade de Modelos
- ▶ Investimentos em Dados e Infraestrutura Tecnológica
- ▶ Melhoria de circuitos e processos de gestão do Risco
- ▶ Gestão do Capital e RAROC
- ▶ Consideração de Outros Riscos

Como será possível avaliar, o planejamento das tarefas e recursos que devem ser envolvidos para avançar para Basiléia II é um projeto complexo que, como passo prévio, deverá concretizar-se em um Plano de Implementação ou Plano Diretor.

Aspectos organizacionais e gerais

Basiléia II implica em mudanças estruturais nas Instituições (Gráfico 1):

Implicações organizacionais

- ▶ Compromisso da Alta Direção
- ▶ Redesenho de funções de riscos
- ▶ Criação ou reforço de determinadas funções. Em particular: Controle do Risco, Validação Interna, Auditoria Interna

Implicações na gestão

- ▶ Necessidade de uma mudança cultural: planos de treinamento em Basiléia II para toda a organização
- ▶ Gestão integral (todas as acepções de risco) e global (matriz e filiais) do risco
- ▶ Esforços em documentação: metodologias, processos, etc.
- ▶ Validação interna e testes de uso

Implicações normativas

- ▶ Novas exigências de reporting regulatório
- ▶ Supervisão de Modelos Internos pelo regulador (*roadmap*)
- ▶ Avaliação da suficiência e planejamento de capital (Pilar 2)

Gráfico 1. Impactos na gestão. Aspectos Gerais

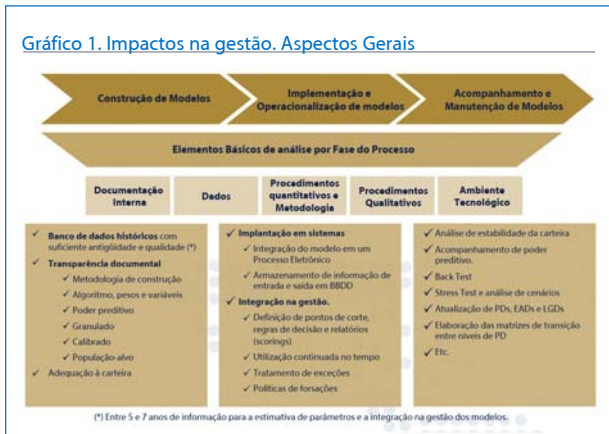


Gráfico 3. Impactos na gestão. Dados



Gráfico 2. Impactos na gestão. Modelos internos

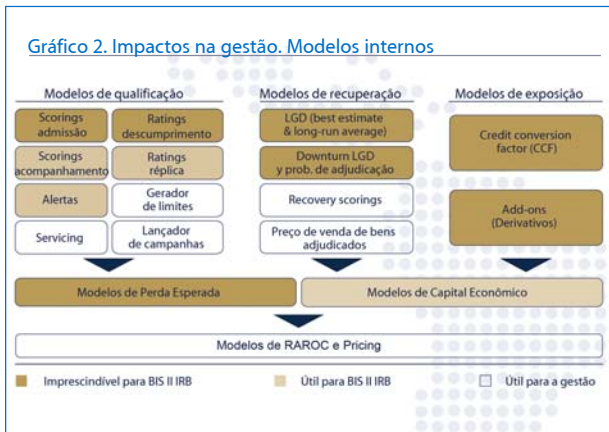


Gráfico 4. Impactos na gestão. Capital e RAROC

$$RAROC = \frac{\text{Resultado} - \text{Perda esperada}}{\text{Capital}}$$

Exemplo: empréstimo de montante = 100.000, vencimento = 1 ano e sem garantias

Características	Rating A	Rating BBB	Rating BB
Montante	100.000	100.000	100.000
Receitas	296	296	296
Rentabilidade (margem)	0,30%	0,30%	0,30%
Prob. inadimplimento	0,06%	0,06%	0,06%
Gravidade	45%	45%	45%
Perda esperada	27	27	27
Capital IRBAv (%)	1,79%	1,79%	1,79%
Capital IRBAv (montante)	1.789	1.789	1.789
RAROC objetivo	15%	15%	15%

Modelos internos

Os modelos internos e seu acompanhamento são um dos desafios centrais de Basileia II (Gráfico 2).

Desenvolvimento de Modelos

- ▶ Modelos Internos:
 - PD (scoring, rating)
 - LGD
 - CCF
 - Provisões
 - Capital

Validação e Acompanhamento:

- ▶ Acompanhamento de Modelos:
 - Medição da performance
 - Integração na gestão
- ▶ Necessidade da função de Validação Interna

Requisitos exigidos pelo regulador:

- ▶ Correção metodológica
- ▶ Pressupostos prudentes
- ▶ Representatividade da carteira
- ▶ Rastreabilidade
- ▶ Documentação exaustiva

Dados e Infra-Estrutura Tecnológica

Os modelos requerem uma grande quantidade de informação (histórica e de qualidade) para funcionar adequadamente. Neste sentido, os esforços a realizar pelas Instituições na obtenção e estruturação da informação são significativos. Além disso, os reguladores concentram grande parte de sua atenção nos processos de aprovação de modelos internos na revisão dos dados (Gráfico 3).

As Instituições estão avançando em diferentes vias:

- ▶ Melhoria ou criação de Aplicativos específicos:
 - Garantias
 - Propostas
 - Inadimplência
 - Etc
- ▶ Desenvolvimento e implementação de Modelos de Informação de Riscos:
 - Organização da informação de forma coerente, estruturada e explorável
 - Suporte para modelos Padrão e IRB, capital regulatório, econômico e RAROC
- ▶ Desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas robustas de armazenamento de informação:
 - Volume massivo de informação
 - Qualidade de dados exigente
 - Profundidade histórica mínima de 5 anos



Processos de Gestão do Risco

A implementação de Modelos Internos permitirá alcançar uma maior eficiência dos processos de gestão do risco.

Admissão, acompanhamento e recuperação

- ▶ Maior padronização do processo de concessão
- ▶ Incorporação da qualidade do risco nas atribuições
- ▶ Potenciação do acompanhamento: sistemas de alertas, qualificações de acompanhamento e planos de ação
- ▶ Integração de modelos internos nos processos e políticas de recuperações

Painel de Controle de Riscos

- ▶ Integração dos indicadores relevantes de risco (exposição, consumo de capital, inadimplência e perda esperada, RAROC, etc.) para a tomada de decisões pela Alta Direção

Gestores de modelos e políticas de riscos

- ▶ Sistema único e centralizado para:
 - Definir e implementar políticas de riscos
 - Colocar modelos em produção
 - Gerar reporting da performance dos modelos

Capital e RAROC

O desafio final é a gestão da rentabilidade - risco com base em capital (Gráfico 4).

Capital

- ▶ Evolução por passos:
 - Capital Padrão
 - Capital IRB Pilar 1
 - Capital IRB Pilar 2
 - Capital Econômico

RAROC

- ▶ Gestão mediante rentabilidade ajustada ao risco:
 - Definição de objetivos e limites
 - Segmentação da carteira de empresas com base em RAROC
- ▶ Necessidade de implementação de melhorias nos sistemas de rentabilidade analítica das Instituições (preços de transferência, custos, etc.)

PRICING

- ▶ Determinação progressiva de preços ajustados a risco
- ▶ Mudança cultural no mercado

Outros riscos

Além de crédito, mercado e operacional, o Pilar 2 contempla outros riscos.

Riscos do Pilar 1 IRB

- ▶ Crédito
- ▶ Mercado
- ▶ Operacional

Risco de concentração

- ▶ Risco de concentração em crédito:
 - Name concentration
 - Setorial
 - Geográfica

Outros riscos do Pilar 2

- ▶ Estrutural de balanço
- ▶ Negócios
- ▶ Liquidez
- ▶ Reputacional
- ▶ Etc.

Em conclusão, a incorporação de outros riscos mediante modelos internos está ligada ao conceito de Capital Econômico.



Sr. Denis Nakazawa, Responsável pela prática de Gestão Integral do Risco na Management Solutions Brasil



Sr. Efraim Morales, Diretor da Management Solutions México

Plano Diretor de Basileia II

Em resumo, Basileia II é um projeto complexo que, como passo prévio, deverá concretizar-se em um Plano de Implementação ou Adequação a Basileia II completo e ordenado que permita abordar o processo de conformidade com BIS II.

Para a realização do Plano Diretor, é necessário antes a elaboração de um Diagnóstico exaustivo da Situação Atual, que permita analisar a situação atual de todos os aspectos mencionados:

- ▶ Organização da função de riscos
- ▶ Modelos
- ▶ Dados
- ▶ Processos
- ▶ Etc.

Deste modo, serão identificadas as tarefas a realizar para alcançar a conformidade com BIS II.

Em seguida, seria elaborado o Plano Diretor, mediante a priorização e designação de responsáveis, a estimativa de tempos (data de início/fim) e recursos necessários (perfis e custos associados).

O Plano Diretor permite, adicionalmente, realizar o controle e acompanhamento da implementação pelos Comitês envolvidos no projeto e a Alta Direção.

Conclusões

Vantagens e desafios de Basileia II

Basileia II, e em especial os enfoques baseados em Modelos Internos, comporta desafios compensados por numerosas vantagens.

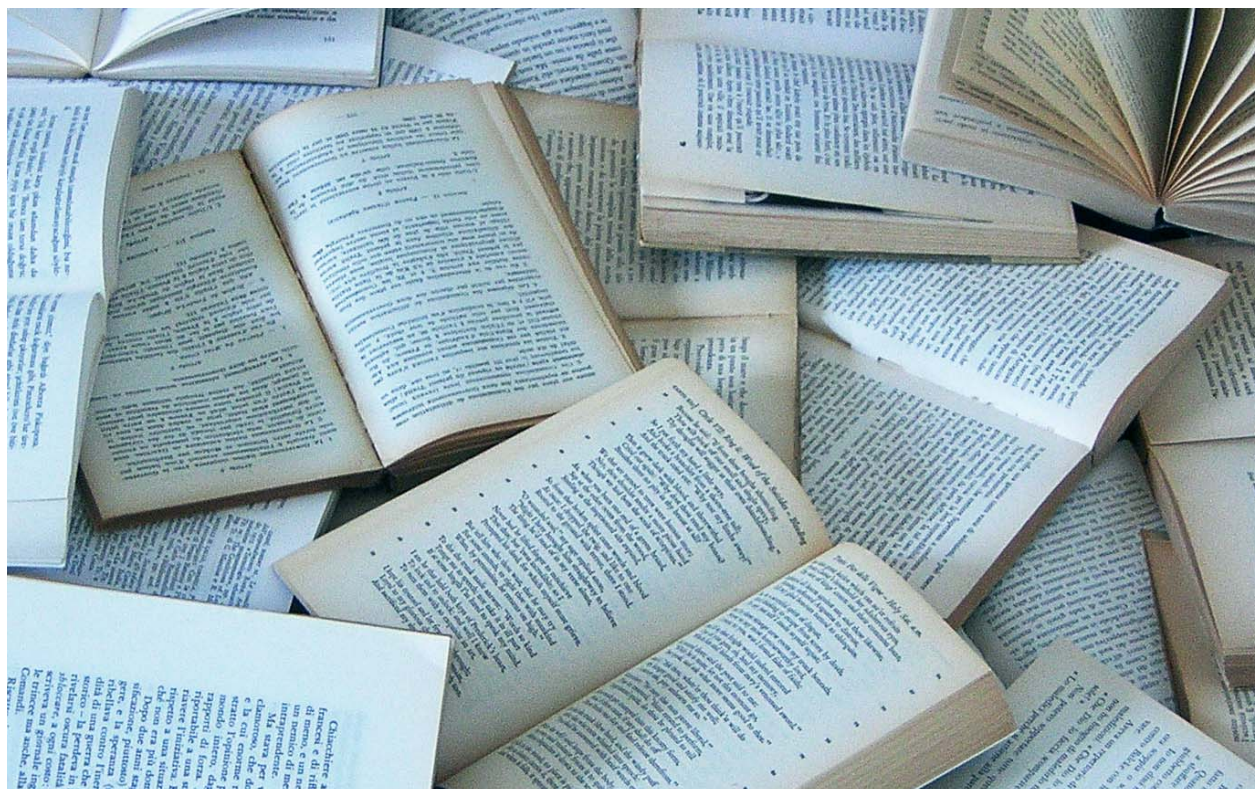
- ▶ Principais vantagens:
 - Gestão do risco de forma integral, objetiva e consistente
 - Maior agilidade, confiabilidade e objetividade na tomada de decisões
 - Melhoria na eficiência nos processos e circuitos de risco (economias de custos)
 - Medição do desempenho em função de modelos de RAROC
 - Utilização de modelos de gestão de carteira (*Portfolio Management*)
 - Adicionalmente, possibilidade de obtenção de possíveis economias de capital regulatório e melhoria de resultados (maior em IRB)
- ▶ Principais desafios:
 - Mudanças culturais (treinamento) e organizacionais
 - Construção, implementação e acompanhamento de modelos internos
 - Redefinição de processos e circuitos
 - Tecnologia: Sistemas de informação, dados de qualidade e motores de cálculo
 - Por fim, necessidade de recursos e investimentos

Resumo das principais frentes de atuação do "roadmap" para Basileia II

1. Elaborar o Plano Diretor de adequação a Basileia II
2. Reforçar as funções e recursos de Riscos na organização
3. Avançar o processo de adaptação à norma
4. Desenhar e implementar um Modelo de Informação de Riscos
5. Desenvolver e implementar modelos internos nas carteiras relevantes
6. Avançar no processo de avaliação de capital (Pilar 2)

Glossário

Ativos ponderados por risco	Ativos ponderados por risco = $12,5 \times$ Requerimentos de capital. Os ativos ponderados por risco são calculados multiplicando os requerimentos de capital por risco de mercado e risco operacional por 12,5 e acrescentando a cifra resultante à soma dos ativos ponderados por risco de crédito.
IRB	Método avançado de estimativa de capital regulatório baseado em modelos de rating internos e cálculo das variáveis de risco em que os bancos devem estimar PD, LGD, EAD e o vencimento. Para chegar a ele, as instituições devem cumprir um conjunto de requerimentos e obter autorização do supervisor.
Ajuste por vencimento	É parte da fórmula de cálculo de requerimento de capital IRB e captura o maior risco das operações a longo prazo frente às operações a curto prazo. Este ajuste depende do prazo médio de cobrança do instrumento de crédito.
AMA	É a abordagem avançada de medição do risco operacional. O requerimento de capital regulador será igual à medida de risco gerada pelo sistema interno do banco para o cálculo do risco operacional utilizando os critérios quantitativos e qualitativos aplicáveis. Para chegar a ele, as instituições devem cumprir um conjunto de requisitos e obter autorização do supervisor.
Basiléia I	Acordo de Capital de Basiléia, promulgado em 1988 pelo Comitê de Basiléia. Acordo em matéria de medição e padrões mínimos do capital adequado dos bancos internacionais.
Basiléia II	Novo Acordo de Capital de Basiléia. Publicado em junho de 2004 no Documento Convergência Internacional de Medidas e Normas de Capital.
Capital Tier 1	O capital regulatório (numerador do coeficiente de solvência) tem dois componentes principais. O <i>Tier 1</i> é o de maior qualidade, e inclui capital, reservas, ações preferenciais, entre outros. É constituído pelos diferentes itens classificados como recursos básicos, sendo estes os itens cuja disponibilidade perante a cobertura de eventuais perdas é total.
Capital Tier 2	É o elemento de menor qualidade do capital regulatório. Inclui, por exemplo, financiamentos subordinados, reservas de revalorização de ativo, entre outros. Está formado pelos itens cuja disponibilidade para a cobertura de perdas está restrita. O Capital <i>Tier 2</i> está sujeito a um máximo de 100% do Capital <i>Tier 1</i> .
Correlação (R)	Coleta a diversificação da carteira de ativos financeiros. É parte da fórmula de cálculo de requisitos de capital IRB.
EAD	Exposição no momento do inadimplemento. Tem um componente de "fora de balanço" (compromissos, etc.) para o qual é necessário adotar determinados pressupostos. Por exemplo, seria possível dizer que, para uma linha de crédito $EAD = \text{disposto} + CCF \times \text{disponível}$, onde CCF é o fator de conversão do crédito.
EL	Perda esperada. É igual a $PD \times LGD \times EAD$. O Comitê espera que os bancos cubram a EL com provisionamento (por sua natureza previsível) e estabelece a possibilidade de levar os excessos de provisões a <i>Tier 2</i> , e deduzir as faltas de <i>Tier 1</i> e <i>2</i> , em partes iguais. As perdas esperadas são um custo na demonstração de resultados econômica.

**FCRC**

Financial and Commodities Risk Consulting

Funções de ponderação do Risco

São o meio para transformar os componentes de risco em ativos ponderados por seu nível de risco e, portanto, em requisitos de capital.

Ferramentas de rating

São sistemas quantitativos, isto é, modelos com fundamentos estatísticos cujo objetivo é a previsão da probabilidade de que as empresas descumpram as obrigações contraídas em virtude de uma operação de crédito. Inclui todos os métodos, processos, controles e sistemas de recompilação de dados e de tecnologia de informática que facilitem a avaliação do risco de crédito, a atribuição de qualificações de risco internas e a quantificação das estimativas de descumprimento e perdas.

LGD

Perda em caso de inadimplemento. É igual a (1-Taxa de Recuperação). Segundo BIS II, parágrafo 468, deve ser calculada tendo em conta uma conjuntura econômica desfavorável, ou seja, deve contemplar o ciclo econômico.

LTV

Relação empréstimo-valor. Utilizada para empréstimos com garantia real, principalmente hipotecários.

NT

New Technologies

PD/LGD

Método de cálculo dos ativos ponderados por risco em posições acionárias fora da carteira de negociação. A LGD é fixa e a PD é estimada para, em seguida, obter os ativos ponderados por risco.

PD

Probabilidade de descumprimento.

Ponderação por risco	Para cada posição em que forem utilizados SA e IRB, têm-se que $RWA = RW \times EAD$, onde RW é a ponderação por risco.
RBA	Método baseado em qualificações para as posições de titularização. Os ativos são ponderados por seu nível de risco, multiplicando o montante da posição pelas ponderações de risco pertinentes de acordo com alguns quadros <i>ad hoc</i> . As ponderações por risco dependem: do grau de qualificação externa ou uma qualificação inferida disponível, se a avaliação de crédito é considerada a longo ou curto prazo, da concentração do conjunto subjacente e do grau de precedência da posição. Este método deverá ser usado pelos bancos investidores que tiverem sido autorizados a aplicar IRB e que não possuam um tratamento IRB específico para o tipo de ativo subjacente da titularização. O método será aplicado a posições de titularização com qualificação ou cuja qualificação possa ser inferida.
RBC	<i>Retail Business Consulting</i>
Rentabilidade bruta do capital (RAROC)	É o RARORAC (<i>Risk Adjusted Return on Risk Adjusted Capital</i>). É o quociente entre Margem (rentabilidade) ajustada ao risco e Capital ajustado por risco.
Requisito de capital (K)	$K = 8\% RWA$. No IRB, seu cálculo se faz através de uma fórmula que mede o nível de perdas máximo que pode ocorrer na instituição com um nível de confiança de 99,9%. A fórmula é uma aproximação a partir da distribuição teórica das perdas de crédito de uma carteira de empréstimos. Para obter os ativos ponderados por nível de risco, multiplica-se $K \times 12,5 \times EAD$.
Requisito de capital	É o consumo de recursos próprios que a instituição de crédito deve fazer e que ascenda a 8% dos ativos ponderados por risco dentro e fora do balanço. Basiléia II indica que o capital econômico e o capital regulatório devem tender para a convergência: o capital deve cobrir idealmente as perdas não esperadas.
Risco de crédito	Refere-se à possibilidade de que a instituição de crédito sofra perdas derivadas do descumprimento das obrigações contratuais das contrapartes com que a entidade se relaciona. Sua medição e tratamento estão contemplados no Novo Acordo de Capital.
Risco de liquidez	Possibilidade de incorrer em perdas por não dispor de acesso a fundos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamento.
Risco de mercado	Derivado da possibilidade de sofrer perdas perante movimentos adversos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros negociáveis em seu poder. Está associado à carteira de negociação.
Risco de taxa de câmbio	Caso se tenha uma posição líquida longa em uma divisa, há o risco de que a moeda nacional se valorize; se, pelo contrário, se tem uma posição líquida curta em uma divisa, há o risco de que a moeda nacional se desvalorize. Sua medição e tratamento estão contemplados no Novo Acordo de Capital.
Risco operacional	Possibilidade de sofrer perdas em consequência da existência de processos, sistemas, equipes técnicas inadequadas, ou por falhas neles, ou por fatos externos. Sua medição e tratamento estão contemplados no Novo Acordo de Capital.



Agradecimento

Management Solutions gostaria de agradecer a todos os palestrantes e colaboradores da Convenção sobre os Impactos de Basiléia II na Região, por sua generosidade, esforço e dedicação.

Sua grande experiência e a qualidade das palestras contribuíram de maneira determinante ao sucesso destas jornadas e por extensão a divulgação do conhecimento sobre um aspecto tão relevante como é a gestão integral do risco nas instituições financeiras.



Nosso objetivo é superar as expectativas de nossos clientes, para nos convertermos em sócios de confiança

A Management Solutions é uma firma internacional de serviços de consultoria com foco em assessoria de negócios, riscos, finanças, organização e processos, tanto em seus componentes funcionais quanto na implementação de suas tecnologias relacionadas.

Com uma equipe multidisciplinar (funcionais, matemáticos, técnicos, etc.) de mais de 800 profissionais, a Management Solutions desenvolve sua atividade através de 12 escritórios (6 na Europa e 6 na América).

Para dar cobertura às necessidades de seus clientes, a Management Solutions tem suas práticas estruturadas por setores (Instituições Financeiras, Energia e Telecomunicações) e por linhas de atividade (FCRC, RBC, NT) que agrupam uma ampla gama de competências - Estratégia, Gestão Comercial e Marketing, Organização e Processos, Gestão e Controle de Riscos, Informação de Gestão e Financeira, e Tecnologias Aplicadas.

No setor financeiro, a Management Solutions presta serviços a todos os tipos de sociedades (bancos, seguradoras, sociedades de investimento, financeiras, etc.), tanto organizações globais como instituições locais e órgãos públicos.

Alfonso Serrano-Suñer

Management Solutions (Corporate)
Tel: +(34) 91 183 08 00
alfonso.serrano-suner@msspain.com

Marcos Izena

Management Solutions (Brasil)
Tel: +(55 11) 5105 0300
marcos.izenam@msbrazil.com

Efraín Morales

Management Solutions (México)
Tel: +(52 55) 3004 4900
efrain.morales@msmex.com

Carlos Francisco Gallejones

Management Solutions (Chile)
Tel: +(56 2) 476 4900
carlos.francisco.gallejones@mschile.com

Jorge Serenelli

Management Solutions (Argentina)
Tel: +(54 11) 4328 0115
jserenelli@ms-argentina.com.ar

José Luis Carazo

Management Solutions (Espanha)
Tel: +(34) 91 183 08 00
jose.luis.carazo@msspain.com

Design e Diagramação
Dpto. de Marketing e Comunicação
Management Solutions - España

© **Management Solutions. 2008**
Todos os direitos reservados

www.msbrasil.com

MSB

Madri, Barcelona, Bilbao, Londres, Milão, Lisboa, Nova York, San Juan de Puerto Rico, Cidade do México, São Paulo, Buenos Aires, Santiago do Chile